

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SEDCON
AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO – PROCON/RJ
CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL SUPERIOR

01100 – ANALISTA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – TIPO B

Frase: Boa organização melhora resultados.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 5.

Código de Defesa do Consumidor: fundamentos constitucionais, vulnerabilidade e equilíbrio das relações de consumo

O Código de Defesa do Consumidor foi publicado em 11 de setembro de 1990, por meio da Lei nº 8.078, consolidando-se, ao longo de 34 anos, como uma das mais relevantes construções normativas do ordenamento jurídico brasileiro. Mais do que um simples diploma legal, trata-se de uma obra sistematizada que redefiniu as relações de consumo no país, conferindo racionalidade, equilíbrio e densidade principiológica a um campo até então fragmentado e insuficientemente protegido.

Sua gênese não pode ser dissociada do contexto histórico em que foi concebido. O retorno da democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988 criaram um ambiente jurídico e político propício à afirmação de novos direitos. Nesse cenário, a defesa do consumidor foi alçada à condição de direito e garantia fundamental, além de princípio estruturante da ordem econômica, o que revela a centralidade atribuída ao tema pelo constituinte originário.

Não se trata, portanto, de mera enumeração de direitos e deveres nas relações de consumo, mas de uma opção constitucional clara pela proteção do consumidor enquanto parte vulnerável. Essa vulnerabilidade não se confunde com incapacidade, mas decorre do desnível técnico, informacional e econômico existente entre consumidores e fornecedores, sobretudo no que diz respeito aos processos produtivos, aos riscos envolvidos e às especificidades dos bens e serviços ofertados no mercado.

A consciência dessa assimetria justificou a adoção de uma interpretação principiológica das normas consumeristas, com destaque para o princípio da informação. Ser informado, contudo, não equivale necessariamente a compreender, razão pela qual o sistema jurídico passou a admitir mecanismos de proteção mais amplos, como a revisão de cláusulas contratuais ambíguas em favor do consumidor e a consagração da responsabilidade civil objetiva, que dispensou a prova da culpa e priorizou a efetiva reparação do dano.

Ao longo de sua trajetória, o Código de Defesa do Consumidor promoveu uma verdadeira inflexão na cultura jurídica nacional, embora não sem resistências. Parte dessas tensões persiste, alimentada por disputas ideológicas e econômicas que tentam deslegitimar a atuação consumerista. Ainda assim, a maturação do pensamento jurídico demonstra que não há economia sólida sem respeito aos direitos do consumidor, sendo a proteção jurídica um elemento indispensável para o desenvolvimento equilibrado do mercado e da própria sociedade.

Texto adaptado de Mendonça, Rodrigo Palomares Maiolino, 34 Anos do Código de Defesa do Consumidor Data: 11/09/2024 15:21.

Disponível em: <https://www.oabmt.org.br/artigo/1692/34-anos-do-codigo-de-defesa-do-consumidor>.

Acessado em: 12 dez. 2026.

1. Considerando as ideias desenvolvidas no texto, assinale a alternativa que melhor expressa a tese central defendida pelo autor.

- (A) A responsabilidade subjetiva permanece como regra predominante nas relações de consumo.
- (B) O Código de Defesa do Consumidor surgiu como resposta pontual a demandas econômicas específicas da década de 1990.
- (C) A legislação consumerista brasileira representa uma construção jurídica desvinculada do processo de redemocratização.
- (D) A proteção do consumidor configura escolha constitucional estruturante, relacionada ao equilíbrio das relações econômicas.
- (E) A vulnerabilidade do consumidor decorre exclusivamente de sua limitação financeira frente ao fornecedor.

2. A partir das informações explicitadas no texto e considerando os mecanismos argumentativos utilizados pelo autor, assinale a alternativa que apresenta uma inferência logicamente válida, ainda que não expressa de forma literal.

- (A) A proteção do consumidor compromete o desenvolvimento econômico ao impor limites excessivos ao mercado.
- (B) A defesa do consumidor foi concebida como política pública meramente transitória, ajustável conforme oscilações econômicas.
- (C) A consolidação do Código de Defesa do Consumidor eliminou integralmente os conflitos entre fornecedores e consumidores.
- (D) A resistência à aplicação plena das normas consumeristas decorre, em parte, de disputas ideológicas e interesses econômicos consolidados.
- (E) A vulnerabilidade do consumidor resulta prioritariamente de sua incapacidade jurídica para contratar.

3. Considerando o funcionamento dos operadores argumentativos no encadeamento lógico-discursivo do texto e os efeitos de sentido por eles produzidos, assinale a alternativa que interpreta corretamente o valor semântico-pragmático do operador “contudo”, empregado no trecho “Ser informado, contudo, não equivale necessariamente a compreender”.

- (A) Sinaliza uma relação de contraste argumentativo, na qual o segmento subsequente restringe, relativiza ou corrige uma expectativa interpretativa criada pelo enunciado anterior.
- (B) Indica a simples adição de um argumento acessório, responsável por ampliar o campo informativo do enunciado precedente, sem alterar sua orientação argumentativa.
- (C) Estabelece uma relação de causalidade, na qual o segundo segmento decorre logicamente do primeiro como seu efeito necessário.
- (D) Introduce um exemplo explicativo destinado a particularizar o conceito de vulnerabilidade previamente mencionado no texto.
- (E) Funciona como marcador conclusivo, responsável por encerrar o raciocínio desenvolvido e reafirmar a ideia central do parágrafo.

4. A intertextualidade é o fenômeno pelo qual um texto retoma elementos de outros textos preexistentes. Considerando a relação entre o texto base e o ordenamento jurídico brasileiro (CF/88 e CDC), assinale a alternativa que descreve tecnicamente a modalidade de intertextualidade predominante quando o autor utiliza conceitos como “vulnerabilidade do consumidor” ou “dignidade da pessoa humana” sem citar artigos específicos.

- (A) Epígrafe, caracterizada pela inserção de uma frase curta de outro autor no início do texto para servir de tema ou mote para o desenvolvimento que se segue.
- (B) Intertextualidade Explícita, caracterizada pela menção direta à fonte e pelo uso de aspas ou citações formais que identificam a origem exata do dispositivo legal.
- (C) Intertextualidade Implícita, que ocorre quando o texto incorpora conceitos e ideologias de outros discursos (interdiscursividade) sem citação nominal, exigindo do leitor um conhecimento prévio do repertório jurídico para a plena construção do sentido.
- (D) Paráfrase Estilística, que se limita à reprodução da sonoridade ou do ritmo de textos legais, sem que haja uma adesão ao conteúdo semântico ou à carga normativa dos conceitos utilizados.
- (E) Intertextualidade por Paródia, em que o autor retoma os termos técnicos do Direito com o objetivo de subverter o sentido original e ironizar as instituições normativas vigentes.

5. Com base no texto apresentado e considerando as características essenciais da paráfrase no âmbito acadêmico, assinale a alternativa que constitui uma reformulação parafrástica adequada do seguinte segmento conceitual do texto: “A vulnerabilidade do consumidor não decorre de incapacidade, mas do desnível técnico, informacional e econômico existente nas relações de consumo.”

- (A) O reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor altera o sentido original das relações de consumo ao substituir a igualdade formal pela incapacidade presumida.
- (B) A condição de vulnerabilidade atribuída ao consumidor não está relacionada à ausência de capacidade, mas à assimetria de conhecimentos técnicos, informações e recursos econômicos que marca as relações de mercado.
- (C) O consumidor é vulnerável porque não possui capacidade técnica nem econômica suficiente para atuar de forma autônoma nas relações de consumo.
- (D) A vulnerabilidade do consumidor resulta da incapacidade jurídica que o impede de compreender plenamente os contratos firmados no mercado.
- (E) A noção de vulnerabilidade, no contexto das relações de consumo, redefine o conceito de incapacidade civil aplicado ao consumidor.

6. Considere o período: “A dedicação dos alunos traz o conhecimento; a persistência dos professores, a sabedoria; a união da escola, o futuro.” Com base na organização sintático-discursiva do período e nos efeitos de sentido decorrentes de sua construção, assinale a alternativa que distingue corretamente os tipos de paralelismo presentes no enunciado e suas funções na produção textual.

- (A) A ausência explícita do verbo nas orações subsequentes compromete o paralelismo sintático, restando apenas um efeito rítmico de natureza prosódica.
- (B) O período apresenta paralelismo exclusivamente semântico, uma vez que a repetição de ideias afins independe da organização sintática e da cadência rítmica das orações.
- (C) O enunciado articula paralelismo sintático, ao manter estruturas gramaticais equivalentes com elipse verbal, paralelismo rítmico, ao preservar cadência semelhante entre os segmentos, e paralelismo semântico, ao enumerar conceitos convergentes, reforçando a coesão e a força argumentativa do texto.
- (D) O paralelismo rítmico decorre da repetição do verbo em todas as orações, enquanto o paralelismo sintático se limita à coincidência lexical entre os núcleos nominais.
- (E) O paralelismo semântico substitui o paralelismo sintático, pois a equivalência de sentido dispensa a simetria estrutural entre as orações coordenadas.

7. Considere o período a seguir: "A nova política de segurança da empresa prioriza a redução de custos, o bem-estar dos funcionários e eliminar cafezinho da tarde." À luz dos princípios de coerência textual e de paralelismo semântico, assinale a alternativa que apresenta a reescrita adequada do período, corrigindo o desvio identificado sem alterar o sentido global do enunciado.

- (A) A nova política de segurança da empresa prioriza a redução de custos, o bem-estar dos funcionários e ações administrativas diversas.
- (B) A nova política de segurança da empresa prioriza reduzir custos, promover o bem-estar dos funcionários e eliminar o cafezinho da tarde.
- (C) A nova política de segurança da empresa prioriza a redução de custos, o bem-estar dos funcionários e a eliminação do cafezinho da tarde.
- (D) A nova política de segurança da empresa prioriza reduzir custos, o bem-estar dos funcionários e a eliminação do cafezinho da tarde.
- (E) A nova política de segurança da empresa prioriza a redução de custos, o bem-estar dos funcionários e a otimização de recursos.

8. Na comunicação oficial dirigida a autoridades públicas, o emprego adequado dos pronomes de tratamento assegura a impessoalidade e o respeito exigidos pela administração pública. Considerando as normas que regem a redação oficial no âmbito da administração pública federal, assinale a alternativa que apresenta o emprego correto dos pronomes de tratamento, do vocativo e da concordância verbal, em conformidade com o *Manual de Redação da Presidência da República*.

- (A) Senhor Diretor, Vossa Senhoria determinou a abertura do processo, razão pela qual se registra que Sua Senhoria será informada acerca das providências adotadas.
- (B) Digníssimo Senhor Ministro, Vossa Excelência solicitastes que fossem encaminhados os documentos referentes à sua decisão administrativa.
- (C) Excelentíssimo Senhor Secretário, Vossa Excelência determinastes a expedição do ofício, conforme orientação de Sua Excelência.
- (D) Senhor Juiz, Vossa Excelência informou que vossa decisão será publicada, conforme entendimento firmado por Vossa Excelência.
- (E) Excelentíssimo Senhor Diretor, Sua Excelência solicitou providências imediatas, motivo pelo qual Vossa Excelência foi prontamente atendido.

9. Considere o parágrafo a seguir: "A empresa faliu na semana passada. Os funcionários, que se esforçavam muito, agora vão para casa. A situação é difícil, pois não há mais recursos. Eu sei que eles foram corajosos, mas a nova gestão não proveu a solução a tempo. A loja coloriu as vitrines para o liquidado, mas o medo de falir permanece."

À luz da morfologia verbal, especialmente no que se refere à classificação de verbos defectivos e anômalos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os verbos "ir" e "ser" são classificados como defectivos, pois sua irregularidade se limita à supressão de algumas formas no presente do indicativo.
- (B) O texto apresenta verbos defectivos, como "falir" e "colorir", que não possuem conjugação completa em certas pessoas ou tempos, e verbos anômalos, como "ir" (em "vão") e "ser" (em "foram"), que possuem radicais distintos.
- (C) Todos os verbos destacados no texto são regulares, seguindo o paradigma de suas respectivas conjugações (-ar, -er, -ir) sem alteração no radical.
- (D) O verbo "haver", no sentido de existir, é classificado como defectivo por possuir apenas a terceira pessoa do singular, enquanto "saber" (em "sei") é considerado anômalo.
- (E) As formas "faliu" e "proveu" indicam que esses verbos são abundantes, possuindo duas formas de particípio aceitas pela norma culta.

10. Considere o enunciado a seguir: "Esperamos sinceramente que todos os relatórios sejam finalizados / para que a reunião ocorra conforme planejado, / já que o prazo final termina amanhã."

Assinale a alternativa que analisa corretamente a hierarquia e o valor sintático das orações destacadas, conforme a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

- (A) O termo "que todos os relatórios sejam finalizados" exerce função de sujeito da oração principal, classificando-se como subordinada substantiva subjetiva.
- (B) O período é composto exclusivamente por coordenação, visto que as conjunções "que", "para que" e "já que" ligam orações independentes e com sentido completo.
- (C) A oração introduzida por "já que" possui valor de consequência, indicando o resultado inevitável do término do prazo sobre a finalização dos relatórios.
- (D) A estrutura "conforme planejado" configura uma oração subordinada adverbial causal, pois indica o motivo pelo qual a reunião deve ocorrer.
- (E) A primeira oração destacada é uma subordinada substantiva objetiva direta, completando o sentido do verbo "esperar", enquanto a segunda exprime uma circunstância de finalidade.

Raciocínio Lógico

11. Em uma pesquisa com 800 pessoas, 35% disseram preferir compras on-line. O total de pessoas que não preferem compras on-line, segundo essa pesquisa, é igual a:

- (A) 560.
- (B) 250.
- (C) 300.
- (D) 480.
- (E) 520.

12. Considere as seguintes sentenças:

P: Um sistema de segurança cibernética é atualizado regularmente.

Q: Os dados dos usuários estão protegidos contra-ataques.

A afirmação “Se um sistema de segurança cibernética é atualizado regularmente, então os dados dos usuários estão protegidos contra-ataques” pode ser logicamente representada por $P \rightarrow Q$.

Essa proposição equivale à afirmação:

- (A) Um sistema de segurança cibernética é atualizado regularmente e os dados dos usuários não estão protegidos contra-ataques.
- (B) Se os dados dos usuários não estão protegidos contra-ataques, então um sistema de segurança cibernética não é atualizado regularmente.
- (C) Não é verdade que um sistema de segurança cibernética não é atualizado regularmente e os dados dos usuários não estão protegidos contra-ataques.
- (D) Um sistema de segurança cibernética não é atualizado regularmente ou os dados dos usuários não estão protegidos contra-ataques.
- (E) Se os dados dos usuários estão protegidos contra-ataques, então um sistema de segurança cibernética é atualizado regularmente.

13. Em um atendimento do PROCON com 120 consumidores, 70 registraram reclamação sobre cobrança indevida (C), 55 sobre produto com defeito (D) e 30 registraram ambas as reclamações. Dentre esses 120 consumidores, o total que registrou reclamação apenas sobre cobrança indevida é igual a:

- (A) 50.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 35.
- (E) 45.

14. A seguir temos uma sequência de letras que segue um padrão

JUROSJUROSJUROS...

A letra que corresponde à 2026ª posição é:

- (A) S.
- (B) U.
- (C) O.
- (D) J.
- (E) R.

15. Uma fábrica de semicondutores possui 5 máquinas que produzem 5.000 chips em 8 horas. Sabe-se que a fábrica adquiriu mais 3 máquinas idênticas e vai passar a operar por 10 horas. Utilizando todas as máquinas durante um período de 10 horas, a quantidade total de chips produzidos será igual a:

- (A) 10.000.
- (B) 8.000.
- (C) 7.500.
- (D) 12.000.
- (E) 15.000.

RASCUNHO

Matemática Financeira

16. Um financiamento de R\$ 200.000,00 será pago em 5 parcelas mensais pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), com taxa de juros de 2,5% ao mês. O valor da primeira prestação, em reais, é igual a:

- (A) R\$ 47.500,00.
- (B) R\$ 40.000,00.
- (C) R\$ 35.000,00.
- (D) R\$ 42.500,00.
- (E) R\$ 45.000,00.

17. Um consumidor atrasou uma parcela de R\$ 800,00 por 5 meses. O contrato prevê juros simples de 2% ao mês. O valor total a pagar, em reais, ao final do atraso, é igual a:

- (A) R\$ 824,00.
- (B) R\$ 880,00.
- (C) R\$ 868,00.
- (D) R\$ 850,00.
- (E) R\$ 842,00.

18. Três amigos fizeram uma aplicação de 100 mil reais cada um, em uma mesma data, no regime de juros compostos. O Investidor A aplicou a uma taxa de 12% ao ano. O Investidor B aplicou a uma taxa de 1% ao mês, e o Investidor C aplicou a uma taxa de 6% ao semestre. Considerando que $1,01^{12} = 1,1268$, o valor mais próximo da diferença entre a maior e a menor taxa anual equivalente oferecida nesses investimentos é de:

- (A) 0,24%.
- (B) 1%.
- (C) 0,68%.
- (D) 0,56%.
- (E) 0,32%.

19. Um investidor aplicou R\$ 200.000,00 em um investimento que rendeu 10% ao ano, no regime de juros compostos. Após exatos três anos, todo o montante da aplicação foi retirado, sendo pagos 15% de Imposto de Renda sobre os juros obtidos da operação. A diferença entre os juros recebidos e o imposto é chamada de lucro líquido.

O valor, em reais, do lucro líquido obtido pelo investidor nessa operação, ao resgatar todo o montante, foi de:

- (A) R\$ 56.270,00.
- (B) R\$ 51.000,00.
- (C) R\$ 58.780,00.
- (D) R\$ 60.000,00.
- (E) R\$ 61.500,00.

20. Uma compra de R\$ 5.000,00 será paga em uma parcela única daqui a exatos 3 meses, com juros compostos de 2% ao mês. O valor aproximado, em reais, do montante ao final é igual a:

- (A) R\$ 5.610,00.
- (B) R\$ 5.108,00.
- (C) R\$ 5.540,00.
- (D) R\$ 5.306,00.
- (E) R\$ 5.878,00.

RASCUNHO

Tecnologia da Informação

21. Um analista utiliza um computador com Windows 11 e precisa verificar em tempo real o consumo individual de CPU por processo, identificar qual aplicativo está utilizando maior quantidade de memória RAM e encerrar forçosamente um programa que apresenta interface congelada, constituindo funcionalidade nativa acessível pelo atalho Ctrl+Shift+Esc denominada:

- (A) Painel de Controle.
- (B) Gerenciador de Tarefas.
- (C) PowerShell.
- (D) Configurações do Sistema.
- (E) Monitor de Recursos.

22. Um usuário elabora um relatório no Word do Microsoft 365 contendo tabela com múltiplas linhas e colunas para organizar despesas mensais, necessitando aplicar cor de fundo em células específicas que representam categorias de gastos prioritárias para facilitar a identificação visual durante apresentações gerenciais, recurso de formatação de preenchimento de células denominado:

- (A) Sombreamento.
- (B) Bordas.
- (C) Mesclar Células.
- (D) Alinhamento Centralizado.
- (E) Estilos de Tabela.

23. Um sistema de transporte coleta dados estruturados de deslocamento contendo horários e estações de embarque associados a identificadores de usuários, devendo disponibilizar essas informações para análise estatística sem permitir identificação individual mesmo mediante cruzamento com outras fontes. A técnica de proteção que assegura irreversibilidade na remoção de elementos identificadores é denominada:

- (A) Mascaramento.
- (B) Pseudonimização.
- (C) Anonimização.
- (D) Criptografia.
- (E) Tokenização.

24. Um usuário observa que seu computador passou a exibir repetidamente janelas pop-up com propagandas de produtos não solicitados mesmo ao executar aplicativos locais sem conexão com a internet. Esse comportamento é característico de software projetado para gerar receita mediante exibição intrusiva de conteúdo publicitário, denominado:

- (A) Cavalo de Tróia.
- (B) Ransomware.
- (C) Spam.
- (D) Worm.
- (E) Adware.

25. Um servidor do Estado do Rio de Janeiro autua processo administrativo eletrônico no SEI-RJ contendo informações sem qualquer hipótese legal de restrição de acesso, devendo classificar o nível de visibilidade desse processo como:

- (A) Transparente.
- (B) Aberto.
- (C) Livre.
- (D) Público.
- (E) Geral.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Economia

26. Considere o modelo IS/LM/BP de Mundell-Fleming para uma pequena economia aberta, de curto prazo, com preços rígidos, taxa de câmbio fixa, mobilidade imperfeita de capitais e Banco Central comprometido com a manutenção da paridade cambial. Suponha, ainda, que a economia parte de uma situação de equilíbrio interno e externo e que uma expansão fiscal eleve a renda e as importações em magnitude superior ao ingresso de capitais provocado pela alta da taxa de juros. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente o desdobramento teórico dessa combinação de políticas.

- (A) O sistema cambial rígido neutraliza os efeitos da política fiscal mediante deslocamento da curva LM.
- (B) A curva BP desloca-se para a esquerda, promovendo ajuste automático no câmbio e na conta capital.
- (C) A política fiscal perde eficácia sob câmbio fixo, visto que o sistema impede flutuações do produto real.
- (D) O produto se expande até que o aumento da taxa de juros elimine o superávit da balança comercial.
- (E) A elevação dos gastos públicos sob câmbio fixo eleva a renda nacional, mas pressiona a BP negativamente.

27. Ao se considerar a racionalidade limitada na tomada de decisão dos consumidores, a atuação do Sistema 1 revela-se especialmente saliente em contextos de escassez temporal e cognitiva. Assinale a alternativa que descreve corretamente esse fenômeno.

- (A) A racionalidade ilimitada leva o consumidor a negligenciar o efeito dotação, típico do Sistema 1.
- (B) O Sistema 1 processa informações de forma intuitiva, automática e emocional diante de restrições cognitivas.
- (C) O Sistema 2 atua com presteza quando decisões rápidas são exigidas e o tempo é escasso.
- (D) A heurística da disponibilidade é típica do Sistema 2, que privilegia a análise estatística dos eventos.
- (E) Em condições de escassez de tempo, o Sistema 2 minimiza os efeitos dos vieses de ancoragem e *framing*.

28. No âmbito da teoria do consumidor, os *tradeoffs* entre bens e serviços são condicionados pela restrição orçamentária, sendo esta influenciada por variações nos preços relativos e no nível de renda. Nesse contexto, a maximização da utilidade requer que o consumidor atue racionalmente diante das limitações impostas por tais fatores. Assinale a alternativa que corretamente descreve esse comportamento.

- (A) O equilíbrio do consumidor ocorre quando a curva de indiferença tangencia a curva de oferta agregada.
- (B) A curva de indiferença mais alta representa preferências menos desejadas do que aquelas mais próximas da origem.
- (C) O ponto ótimo ocorre quando a taxa marginal de substituição entre dois bens iguala-se à razão dos preços relativos.
- (D) A inclinação da restrição orçamentária reflete a utilidade marginal dos bens em consumo ótimo.
- (E) Quando os preços de mercado se alteram, a restrição orçamentária permanece invariável, dado o nível de renda.

29. Considere o modelo IS/LM keynesiano de curto prazo, para uma economia fechada, com preços fixos, oferta nominal de moeda exógena, investimento negativamente relacionado à taxa de juros e demanda por moeda dada por $L(Y,i) = kY - hi$, com $k > 0$ e $h > 0$. Mantidas constantes as demais condições do modelo, a eficácia de uma política monetária expansionista depende, entre outros fatores, da sensibilidade da demanda por moeda à taxa de juros, representada por h . Nesse contexto, assinale a alternativa que expressa corretamente esse vínculo.

- (A) Quanto menor for h , menor será a inclinação da LM e maior será a sensibilidade do investimento à taxa de juros.
- (B) Quanto maior for h , mais inclinada será a curva LM e menor será o efeito da expansão monetária sobre o produto.
- (C) O parâmetro h altera apenas a inclinação da curva IS, sem modificar a eficácia da política monetária.
- (D) Quanto maior for h , mais plana será a curva LM e maior tenderá a ser o efeito da expansão monetária sobre o produto.
- (E) A política monetária será sempre neutra em relação ao produto, qualquer que seja o valor de h .

30. O viés do status quo impacta a escolha do consumidor ao favorecer a manutenção de opções previamente estabelecidas. Sendo assim, marque a alternativa que corretamente reflete esse fenômeno.

- (A) Consumidores sob esse viés tendem a rejeitar mudanças, mesmo quando alternativas superiores são disponíveis.
- (B) O viés do status quo reflete uma tendência racional de adaptação ótima ao ambiente.
- (C) O status quo é resultado da heurística da representatividade, associada à previsibilidade estatística.
- (D) Tal viés é exclusivo do Sistema 2, responsável pela deliberação e autocontrole.
- (E) O efeito é mitigado pela aversão à perda, que incentiva a substituição de escolhas dominadas.

Direito do Consumidor

31. À luz da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), quanto à definição e equiparação de consumidor, é correto afirmar que:

- (A) A condição de consumidor exige integração na cadeia produtiva.
- (B) Equiparam-se a consumidores todas as vítimas do evento decorrente de fato do produto ou do serviço.
- (C) Considera-se consumidor quem celebra contrato direto com o fornecedor responsável.
- (D) A equiparação depende da existência de vínculo contratual previamente constituído.
- (E) O terceiro prejudicado necessita de previsão contratual expressa para proteção.

32. Nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), no que se refere à responsabilidade por vício na prestação de serviços, é correto afirmar que:

- (A) A execução inadequada do serviço autoriza o consumidor a exigir abatimento do preço apenas mediante concordância expressa do fornecedor.
- (B) A prestação inadequada do serviço somente gera direito de reparação quando demonstrada culpa do fornecedor responsável.
- (C) A existência de vício na prestação do serviço impõe obrigatoriamente a resolução contratual imediata entre as partes.
- (D) A constatação de vício na prestação do serviço autoriza o fornecedor a substituir unilateralmente a forma de cumprimento da obrigação.
- (E) A execução inadequada do serviço autoriza o consumidor a exigir a reexecução do serviço sem custo adicional, quando cabível.

33. Segundo a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a Política Nacional das Relações de Consumo fundamenta-se:

- (A) Na equiparação econômica entre consumidor e fornecedor participantes.
- (B) Na prevalência da autonomia privada sobre normas protetivas vigentes.
- (C) No reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor e na harmonização dos interesses envolvidos.
- (D) Na redução da intervenção estatal nas relações privadas estabelecidas.
- (E) Na supremacia do desenvolvimento econômico sobre proteção contratual.

34. Nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), constitui direito básico do consumidor:

- (A) A responsabilidade processual objetiva do consumidor na demanda.
- (B) A inversão automática do ônus probatório em qualquer demanda judicial.
- (C) A presunção absoluta das alegações apresentadas pelo consumidor.
- (D) A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com inversão do ônus da prova quando presentes requisitos legais.
- (E) A dispensa integral de produção probatória pelo consumidor.

35. Conforme a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), o fabricante poderá afastar sua responsabilidade quando provar:

- (A) Que não colocou o produto no mercado, que o defeito inexistia ou que houve culpa exclusiva do consumidor ou terceiro.
- (B) Que o produto apresenta risco inerente à sua natureza ordinária.
- (C) Que o consumidor utilizou o produto conforme instruções técnicas fornecidas.
- (D) Que o dano ocorreu durante circulação comercial regular do produto.
- (E) Que o contrato foi regularmente celebrado entre as partes envolvidas.

36. À luz da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), o fornecedor de serviços responde:

- (A) Quando houver comprovação de culpa grave devidamente demonstrada.
- (B) Mediante comprovação de dolo específico na prestação regular do serviço.
- (C) Apenas quando houver inadimplemento contratual formalmente configurado.
- (D) Independentemente de culpa, ressalvada a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais mediante verificação de culpa.
- (E) Exclusivamente se houver cláusula contratual expressa prevendo responsabilidade.

37. Conforme a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), o prazo decadencial para reclamar de vício:

- (A) Conta-se novamente da emissão do documento fiscal apresentado.
- (B) Interrompe-se automaticamente com simples comunicação verbal ao fornecedor.
- (C) Suspende-se com a reclamação comprovadamente formulada até a resposta negativa correspondente.
- (D) Reinicia-se integralmente após cada manifestação formal do consumidor.
- (E) Permanece suspenso por prazo indeterminado após reclamação formal.

38. Considerando o regime jurídico instituído pela Lei nº 8.078/90, com redação dada pela Lei nº 14.181/2021, no que se refere à oferta de crédito ao consumidor, é correto afirmar que o fornecedor deve:

- (A) Informar previamente o custo efetivo total, a taxa efetiva mensal e anual de juros, os encargos, o número e a periodicidade das prestações, o montante total a pagar e o prazo de validade da oferta.
- (B) Informar exclusivamente a taxa nominal de juros, sendo dispensável a apresentação do custo efetivo total da operação.
- (C) Fornecer as informações essenciais apenas após a formalização do contrato, desde que haja ciência do consumidor.
- (D) Limitar-se à indicação do valor das parcelas e do montante financiado, independentemente de detalhamento dos encargos.
- (E) Apresentar as informações de forma resumida, dispensando a indicação da taxa efetiva anual de juros e do prazo de validade da oferta.

39. Antes da contratação de crédito, conforme a Lei nº 8.078/90 com alterações da Lei nº 14.181/2021, o fornecedor deve:

- (A) Exigir anuência expressa do Ministério Público competente.
- (B) Exigir garantia real obrigatória como condição da contratação.
- (C) Registrar previamente o contrato em cartório competente.
- (D) Submeter formalmente a proposta à autoridade administrativa competente.
- (E) Avaliar a capacidade de pagamento do consumidor de forma responsável, considerando informações disponíveis.

40. Nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), acerca do direito de arrependimento nas contratações realizadas fora do estabelecimento comercial, é correto afirmar que:

- (A) A desistência pode ser exercida no prazo de sete dias a contar da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço, assegurada a restituição imediata das quantias eventualmente pagas.
- (B) A desistência depende da demonstração de vício de qualidade do produto ou inadequação do serviço contratado.
- (C) O exercício do direito de arrependimento depende de concordância prévia do fornecedor responsável pela contratação.
- (D) A desistência contratual exige comprovação de motivo relevante relacionado à utilidade do produto adquirido.
- (E) O direito de arrependimento aplica-se apenas às contratações realizadas mediante financiamento ao consumidor.

41. Nos contratos de adesão, conforme a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

- (A) A validade depende de registro cartorial previamente realizado.
- (B) Cláusulas limitativas de direito devem ser redigidas com destaque, permitindo imediata compreensão.
- (C) Cláusulas podem ser redigidas em linguagem técnica complexa e especializada.
- (D) O destaque é facultativo quando houver assinatura expressa do consumidor.
- (E) A limitação independe de forma específica para validade jurídica.

42. Conforme a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), no regime jurídico da oferta de produtos e serviços, é correto afirmar que:

- (A) A vinculação da oferta depende de homologação administrativa realizada por órgão de defesa do consumidor.
- (B) A oferta constitui manifestação preliminar sem efeitos jurídicos obrigatórios para o fornecedor responsável.
- (C) A vinculação da oferta depende da assinatura formal de instrumento contratual entre fornecedor e consumidor.
- (D) A publicidade veiculada no mercado de consumo possui natureza meramente informativa e não gera obrigação jurídica.
- (E) Toda informação ou publicidade suficientemente precisa obriga o fornecedor que a fizer veicular e integra o contrato que vier a ser celebrado com o consumidor.

43. Conforme a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), as infrações penais previstas são de ação penal:

- (A) Dependente de autorização administrativa prévia.
- (B) Privada condicionada à queixa-crime do ofendido.
- (C) Pública condicionada à representação formal do consumidor.
- (D) Pública incondicionada, independentemente de representação da vítima.
- (E) Subsidiária da pública mediante inércia ministerial.

44. Considerando a disciplina normativa prevista na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, acerca do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que os órgãos que o integram possuem a atribuição de:

- (A) Atuar de forma independente e desarticulada, sem coordenação entre os entes que o compõem.
- (B) Exercer função jurisdicional para solução definitiva de conflitos de consumo, com força de coisa julgada material.
- (C) Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional das relações de consumo.
- (D) Regulamentar, com exclusividade, as atividades econômicas desenvolvidas no mercado de consumo.
- (E) Substituir a atuação do Poder Legislativo na criação de normas gerais de proteção ao consumidor.

45. À luz da Lei Estadual nº 5.738/2010, que dispõe sobre a criação da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ, é correto afirmar que a entidade:

- (A) Subordina-se hierarquicamente à Defensoria Pública do Estado, sem autonomia técnica e financeira própria.
- (B) É dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil.
- (C) Integra a administração direta do Estado, sem personalidade jurídica própria, atuando como órgão subordinado à estrutura central do Poder Executivo.
- (D) Possui natureza de fundação pública de direito privado, vinculada diretamente ao Governador do Estado, com autonomia apenas administrativa.
- (E) É constituída sob a forma de empresa pública, com regime jurídico de direito privado e finalidade de atuação concorrencial no mercado.

Direito Administrativo

46. A convalidação constitui forma de saneamento do ato administrativo, mediante correção de vício sanável, com efeitos retroativos (*ex tunc*), desde que não haja prejuízo a terceiros nem afronta ao interesse público. Trata-se de manifestação do poder-dever de autotutela da Administração, compatível com os princípios da segurança jurídica e da legalidade. Considerando a teoria das invalidades no Direito Administrativo, assinale a alternativa que indica hipótese juridicamente passível de convalidação.

- (A) Atos administrativos eivados de vício de competência relativa (*ratione personae*), desde que não se trate de competência exclusiva nem haja vedação legal à delegação.
- (B) Atos inexistentes ou nulos de pleno direito, ainda que presentes boa-fé dos destinatários e ausência de prejuízo ao erário.
- (C) Atos portadores de vício de competência em razão da matéria, por se tratar de irregularidade meramente formal.
- (D) Atos administrativos com vício de finalidade, desde que demonstrada posterior adequação ao interesse público.
- (E) Atos administrativos vinculados ou discricionários que apresentem vício de forma essencial, ainda que a formalidade seja elemento indispensável à validade do ato.

47. João é servidor público no Estado do Rio de Janeiro. Nos últimos quatro meses, apresentou faltas injustificadas reiteradas, sem qualquer comunicação formal à chefia imediata. Diante da situação, a autoridade administrativa determinou a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para apuração de possível inassiduidade habitual, assegurando a João prazo para apresentação de defesa prévia. No curso do processo, a comissão processante deixou de intimar o servidor da oitiva das testemunhas, produzindo prova sem sua ciência.

Com base na Lei Estadual nº 5.427/2009 (RJ) e nos princípios que regem o processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) A ausência de intimação do servidor não compromete o processo, pois o contraditório somente é exigido em processos judiciais.
- (B) O ato é anulável apenas se o servidor comprovar prejuízo material decorrente da ausência na oitiva das testemunhas.
- (C) O PAD é inválido, pois a inassiduidade habitual somente pode ser apurada mediante processo judicial.
- (D) O PAD é válido, pois a inassiduidade habitual somente pode ser apurada mediante processo judicial.
- (E) A inassiduidade habitual não configura infração disciplinar quando as faltas são intercaladas.

48. A Lei nº 5.738/2010 do Rio de Janeiro criou a Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro (PROCON-RJ). Sobre as finalidades e competências da referida autarquia, é correto afirmar que:

- (A) O PROCON-RJ não pode celebrar termos de ajustamento de conduta, por ausência de previsão legal.
- (B) A atuação do PROCON-RJ envolve a mediação de conflitos individuais, sendo vedada a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta e a aplicação de penalidades administrativas.
- (C) O PROCON-RJ pode aplicar sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, mas não pode solicitar instauração de inquérito policial nem representar ao Ministério Público.
- (D) Por possuir natureza autárquica, o PROCON-RJ não pode celebrar convênios ou atuar por intermédio de instituições públicas ou privadas.
- (E) O PROCON-RJ possui autonomia administrativa, técnica e financeira, integra o Sistema Estadual e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, podendo fiscalizar, aplicar sanções administrativas e promover a defesa coletiva do consumidor em juízo.

49. A Lei Estadual nº 6.007/2011 estabelece o rito processual específico para apuração de infrações às normas de proteção e defesa do consumidor no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando o Processo Administrativo Sancionatório, as sanções aplicáveis e as medidas cautelares. Com base nas disposições gerais dessa lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A instauração do processo administrativo sancionatório depende exclusivamente de provocação do Ministério Público.
- (B) O processo administrativo sancionatório deve observar o contraditório e a ampla defesa, podendo a autoridade competente adotar medidas cautelares quando houver risco de dano ao consumidor ou à coletividade.
- (C) A aplicação de sanção administrativa independe da instauração de processo administrativo, podendo ocorrer diretamente após a constatação da infração pelo agente fiscalizador.
- (D) As medidas cautelares somente podem ser adotadas após a conclusão do processo administrativo sancionatório, como forma de garantir a execução da penalidade.
- (E) As sanções administrativas previstas na Lei nº 6.007/2011 substituem integralmente aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

50. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), estão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de licitação os agentes ou empresas nas situações a seguir, exceto:

- (A) Empresas declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, enquanto perdurar a sanção.
- (B) Empresas cujos dirigentes ou responsáveis legais tenham sido condenados por crime contra a Administração Pública, enquanto não cumprida a pena ou reabilitação.
- (C) Empresas que tenham cometido fraude em licitação anterior, enquanto durar a sanção administrativa.
- (D) Pessoas jurídicas que tenham sido contratadas anteriormente pela Administração sem licitação, independentemente da regularidade do contrato.
- (E) Empresas controladas por servidor público que tenha atuado na licitação, caso não haja afastamento formal.

Direito Civil e Processo Civil

51. Leia o seguinte trecho:

“Dentre todos os acontecimentos naturais ordinários, definidos como aqueles que ocorrem rotineiramente, independentemente de qualquer ação humana, o decurso do tempo, sem dúvida alguma, é o que exerce maior influência sobre as relações jurídicas, materiais ou morais. Com efeito, o nosso ordenamento jurídico estabelece que esse transcurso do tempo, aliado à inércia de quem poderia exercer em juízo um direito, mas não o faz, inviabilizam o próprio exercício do direito.”

(JR., Vanderlei Garcia.; ROSSINI, Luiz Felipe. **Prescrição e decadência**. Rio de Janeiro: Expressa, 2023. p.8.)

A propósito do trecho, assinale a alternativa que corresponde a correta distinção que se pode estabelecer entre prescrição e decadência.

- (A) Prescrição é a perda do direito de ajuizar novamente uma ação, que tenha sido extinta por três vezes em razão de inércia ou abandono do autor; e decadência é a extinção do direito em razão do surgimento de norma superveniente que o torne ilegal.
- (B) Prescrição é a extinção de um direito em razão do seu não exercício; e decadência é a extinção do direito de praticar ato processual ou de emendá-lo em razão de decurso do prazo estabelecido em lei.
- (C) Prescrição é a extinção da pretensão, ou seja, da possibilidade de exigir de outro prestação positiva ou negativa; e decadência é a perda do direito de ajuizar novamente uma ação, que tenha sido extinta por três vezes em razão de inércia ou abandono do autor.
- (D) Prescrição é a extinção da pretensão, em razão de o titular do direito não o exercer dentro do lapso temporal (prazo legal); e decadência é a extinção do direito pela inação de seu titular que deixa escoar o prazo legal ou convencionalmente fixado para o seu exercício.
- (E) Prescrição é a extinção do direito de praticar ato processual ou de emendá-lo em razão de decurso do prazo estabelecido em lei; e decadência é a extinção da pretensão, ou seja, da possibilidade de exigir de outro prestação positiva ou negativa.

52. Uma instituição educacional especializada em educação básica, privada e sem fins lucrativos, que tem mais de 6.500 alunos matriculados, reajustou as mensalidades acima do índice inflacionário e tem cobrado por serviços não prestados, uma vez que exige o pagamento de taxas e tarifas pelo uso de laboratórios durante o período de suspensão de aulas, férias e recessos escolares. Sobre essa hipotética situação, podemos afirmar:

- (A) Não ser cabível o ajuizamento de ação civil pública, uma vez que os beneficiários podem ser individualmente determinados.
- (B) Ser cabível o ajuizamento de ação civil pública para proteger direitos e interesses coletivos de consumidor lesados.
- (C) Não ser cabível o ajuizamento de ação civil pública, porque a pretensão envolve questões monetárias.
- (D) Não ser cabível o ajuizamento de ação civil pública, porque os atos lesivos aos consumidores são praticados por instituição sem fins lucrativos.
- (E) Ser cabível o ajuizamento de ação civil pública, cujo pedido deverá se limitar ao cumprimento de obrigação de não fazer.

53. A respeito dos atos processuais, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) É lícito às partes, ao juiz e aos auxiliares da justiça redigir termos ou praticar atos em língua estrangeira, desde que utilizem expressões popularmente conhecidas.
- (B) Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada em lei, considerando-se inválidos os que forem realizados de outro modo, ainda que preencham a finalidade essencial.
- (C) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou a extinção de direitos processuais.
- (D) Os atos processuais que versem sobre arbitragem são públicos, ainda que as partes tenham convencionado confidencialidade.
- (E) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas. Serão concluídos após às 18 (dezoito) horas os atos necessários, a fim de evitar o perecimento de direitos indispensáveis.

54. Sobre o sistema normativo de nulidades no processo civil, marque a opção correta.

- (A) É vedado ao juiz decretar nulidade de ofício, devendo a nulidade do ato ser arguida exclusivamente pela parte interessada ou pelo Ministério Público.
- (B) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.
- (C) O juiz deverá decretar a nulidade e mandar repetir o ato ou suprir-lhe a falta, ainda que for possível decidir o mérito a favor da parte que será beneficiada com a nulidade.
- (D) A ausência de intimação do membro do Ministério Público, cuja intervenção seja obrigatória, não é causa de nulidade do processo.
- (E) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenar as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

55. Keila é cirurgiã-dentista especializada em endodontia e presta serviços odontológicos como profissional liberal em seu consultório, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Guilherme, ao sentir fortes dores na região da boca, procurou Keila, que identificou a necessidade de tratamento endodôntico (canal) em 1 dente. 10 dias após a finalização do referido tratamento, Guilherme, durante uma viagem de passeio a Petrópolis/RJ, voltou a sentir fortes dores e inchaço na região bucal e procurou uma urgência na cidade. Júlia, cirurgiã-dentista que atendeu Guilherme em Petrópolis, constatou que o dente tratado continuava infeccionado. Diante dessa hipotética situação, assinale a alternativa correspondente à responsabilidade civil de Keila para com Guilherme.

- (A) No caso, a responsabilidade pessoal de Keila será apurada mediante verificação de culpa.
- (B) Não há relação de consumo no caso, motivo pela qual a responsabilidade civil de Keila para com Guilherme é objetiva.
- (C) O Código de Defesa do Consumidor não dispõe de normas aplicáveis aos profissionais liberais, motivo pela qual somente serão aplicadas ao caso normas do Código Civil.
- (D) Em se tratando de profissionais liberais, a regra é a irresponsabilidade pessoal dos prestadores de serviços por danos aos pacientes.
- (E) A responsabilidade civil pelos danos suportados por Guilherme será objetiva ou subjetiva, a depender do contrato de prestação de serviços firmado com Keila.

Direito Constitucional

56. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil estabelece que o servidor efetivo tem direito a um regime próprio de previdência social (RPPS), com caráter contributivo e solidário, financiado pelo ente público e pelos próprios segurados (ativos, aposentados e pensionistas). Esse modelo revela que a aposentadoria tem função constitucional de assegurar renda substitutiva após incapacidade, idade avançada ou tempo de contribuição; proteger o servidor e sua família; materializar o direito social à previdência dentro do serviço público. O próprio art. 40 prevê hipóteses de aposentadoria como incapacidade permanente, compulsória por idade e voluntária mediante requisitos de idade e contribuição. Assim, o servidor público abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado, corretamente:

- (A) No âmbito da União, na idade mínima estabelecida em lei complementar, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos na própria Constituição; dentre outros.
- (B) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar; dentre outros.
- (C) Depois da incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo; dentre outros.
- (D) Com proventos de aposentadoria que poderão ser inferiores ao valor mínimo ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, desde que justificados; dentre outros.
- (E) Por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, ainda que suscetível de readaptação, que deve ser voluntária; dentre outros.

57. Define a Constituição do Estado do Rio de Janeiro que, aos servidores públicos civis fica assegurado, além de outros que a lei estabelecer, o direito corretamente informado apenas em:

- (A) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias, contados a partir da alta da Unidade de Tratamento Intensivo, em caso de nascimento prematuro, prorrogável no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, mais 30 (trinta) dias, estendendo-se, no máximo, até 90 (noventa) dias, e no caso de perda gestacional; dentre outros.
- (B) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em setenta por cento à do normal; dentre outros.
- (C) Permissão de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, etnia ou estado civil; dentre outros.
- (D) Redução em sessenta por cento de carga horária de trabalho de servidor estadual, responsável legal por portador de necessidades especiais que requeira atenção permanente; dentre outros.
- (E) Duração do trabalho normal não superior a 6 (seis) horas diárias e 36 (trinta e seis) semanais, facultada a compensação de horários; dentre outros.

58. A Constituição Federal nos ensina que, corretamente, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- (A) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; dentre outras.
- (B) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; dentre outras.
- (C) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; dentre outras.
- (D) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; dentre outros.
- (E) Jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; dentre outros.

59. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- (A) A decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional; dentre outros.
- (B) A lei do consumidor; dentre outros.
- (C) A segurança internacional do País; dentre outros.
- (D) O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; dentre outros.
- (E) O processo legislativo, na forma e nos casos previstos na própria Constituição; dentre outros.

60. A Constituição Federal define que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Assim, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete o corretamente informado apenas em:

- (A) Convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições; dentre outros.
- (B) Receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; dentre outros.
- (C) Apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer; dentre outros.
- (D) Realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; dentre outros.
- (E) Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; dentre outros.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto deverá conter a extensão mínima de **30 (trinta)** linhas, e máxima de **40 (quarenta)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **40 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva será em Questão Aberta, 01 (uma) questão, e consistirá na elaboração de texto argumentativo, com base em um caso prático formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas de acordo com o conteúdo programático constante no Edital, cumulados ou não.

QUESTÃO

Com base exclusiva na legislação seca (Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor; Lei nº 14.181/2021; Decreto nº 7.962/2013; Decreto nº 11.034/2022; Decreto nº 2.181/1997), analise o caso hipotético a seguir e responda de forma fundamentada.



Em junho de 2025, uma mundialmente famosa empresa japonesa fabricante de consoles de videogame lançou um novo aparelho, atribuindo-lhe o mesmo nome comercial de outro modelo lançado em 2017, acrescido apenas do numeral “2”. O produto foi comercializado, inicialmente, em venda casada com novo título inédito de uma conhecida franquia de jogos de corridas de kart.

A elevada procura esgotou rapidamente os estoques, ocasionando filas de espera, escalada de preços e práticas comerciais predatórias no mercado nacional.

Nesse contexto, uma empresa brasileira de comércio de games, com forte presença digital e atuação predominante em redes sociais, passou a anunciar “entrega garantida em 48 horas” de videogame da mesma fabricante, utilizando o mesmo nome comercial, sem esclarecer tratar-se do modelo lançado em 2017. Em suas campanhas publicitárias, destacava tratar-se da versão “V2”, acompanhada de jogo da mesma franquia de corrida, ambos lançados em 2017, omitindo que não se tratava do aparelho e jogo que haviam sido lançados apenas em 2025.

Dez consumidores adquiriram o aparelho lançado em 2017, em seu modelo V2, acreditando tratar-se do Modelo “2”, lançado em 2025, pagando preço significativamente superior ao anteriormente praticado para o modelo de 2017. Após a entrega, constatada a oferta enganosa, os clientes não obtiveram êxito na tentativa de exercer o direito de arrependimento no prazo legal, nem foram reembolsados.

Diante desse cenário, redija texto argumentativo, abordando, obrigatoriamente:

- I. A caracterização da relação de consumo e a identificação dos fornecedores envolvidos.
- II. A análise da oferta e da publicidade veiculadas, à luz do CDC.
- III. A eventual ocorrência de publicidade enganosa por omissão e prática abusiva.
- IV. A vedação à venda casada e suas repercussões jurídicas.
- V. O direito de arrependimento nas contratações realizadas no ambiente digital.
- VI. A responsabilidade solidária na cadeia de fornecimento.
- VII. A proteção contratual do consumidor e a possibilidade de revisão ou resolução do contrato.
- VIII. As sanções administrativas cabíveis e a atuação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
- IX. A tutela judicial individual e coletiva dos interesses dos consumidores lesados.
- X. Os direitos do consumidor na era digital e a relevância do dever de informação clara, adequada e ostensiva.

O candidato deverá demonstrar:

- Compreensão integral e técnica da situação-problema;
- Fundamentação exclusivamente legal;
- Encadeamento lógico dos argumentos;
- Domínio dos conceitos estruturantes do Direito do Consumidor;
- Capacidade crítica na análise das práticas comerciais em ambiente digital e da economia de plataformas.

Extensão obrigatória: mínimo de 30 e máximo de 40 linhas.

RASCUNHO

| | |
|----|--|
| 1 | |
| | |
| | |
| 5 | |
| | |
| | |
| | |
| 10 | |
| | |
| | |
| | |
| 15 | |
| | |
| | |
| | |
| 20 | |
| | |
| | |
| | |
| 25 | |
| | |
| | |
| | |
| 30 | |
| | |
| | |
| | |
| 35 | |
| | |
| | |
| | |
| 40 | |